Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

"A CIÊNCIA DESSE POVO EU NÃO GUARDO SÓ PRA MIM"
O discurso médico nos manuais de fazendeiros fluminenses do século XIX

"THE SCIENCE OF THESE PEOPLE I DON'T KEEP TO MYSELF"
The medical discourse in Fluminense farmers' manuals from the 19th century

ANNE THEREZA DE ALMEIDA PROENÇA [1]

RESUMO

O artigo tem o objetivo de investigar como a questão da assistência à saúde se apresenta em manuais escritos por fazendeiros do interior da Província do Rio de Janeiro para seus pares ao longo do século XIX. Consideramos que os proprietários mais abastados já possuíam em suas bibliotecas este tipo de produção importadas de locais cujo contexto de produção era semelhante àquele vivenciado no Brasil oitocentista. Defendemos que eles utilizavam estes manuais como guias, que os ensinaria a atravessar possíveis crises e a administrar da melhor forma suas unidades produtoras de café, voltado para o mercado agroexportador internacional. E que, a partir da sua vivência com a lavoura, passaram a registrar suas experiências seguindo este modelo de livro, mas revelando as especificidades do local. Por isso, podemos entender estas obras também como um retrato de importantes questões presentes nas sociedades nas quais seus autores estavam inseridos no momento de sua produção, inclusive da crescente incorporação do discurso médico-científico e sua utilização prática nas atividades cotidianas à época.

Palavras-chave: Manuais. Fazendeiros. Interior Fluminense. Assistência à Saúde. Século XIX.

ABSTRACT

The article aims to investigate how the issue of health care is presented in manuals written by farmers from the countryside of the Province of Rio de Janeiro for their peer group throughout the 19th century. We consider that the wealthiest owners already had this type of production in their libraries, imported from places whose production context was similar to that experienced in nineteenth-century Brazil. We argue that they used these manuals as guides, which would teach

[1] Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. E-mail: proenca.anne@gmail.com

them how to overcome possible crises and how to best manage their coffee producing units, aimed at the international agro-exporter market. And that, based on their experience with farming, they began to record his experiences following this book model, but revealing the specificities of the place. Therefore, we can also understand these works as a portrait of important issues present in the societies in which their authors were inserted at the time of their production, including the growing incorporation of medical-scientific discourse and its practical use in everyday activities at the time.

Keywords: Manuals. Farmers. Countryside of the Province of Rio de Janeiro. Health Care. 19th century.

INTRODUÇÃO

Iniciamos o título deste artigo com um verso do samba-enredo[2] que embalou o desfile de 2024 do G.R.E.S. Unidos do Porto da Pedra no grupo especial do carnaval do Rio de Janeiro. *Lunário Perpétuo: a profética do saber popular* foi o enredo escolhido pela escola de samba do município de São Gonçalo/RJ, desenvolvido pelo carnavalesco Mauro Quintaes e pelo enredista Diego Araújo, e conta a história do *Lunário Perpétuo*, um almanaque espanhol escrito por Jerônimo Cortés em 1594 e que 200 anos depois chegou ao Brasil.

Ilustrado por xilogravuras, foi reeditado várias vezes, adequando os conteúdos às transformações no pensamento social e aos locais em que era introduzido. Nele era possível encontrar uma variedade de temas: agricultura, a influência do ciclo lunar, comportamento de insetos na plantação, remédios caseiros, simpatias, previsões do tempo, astrologia e até doutrina cristã. Segundo Mauro Quintaes (2023), "o maior folclorista brasileiro, Câmara Cascudo, nos ensina que o *Lunário Perpétuo* foi o grande livro companheiro de tanta gente sofrida e trabalhadora do Nordeste. A obra alfabetizou, orientou e guiou muitos nordestinos" (Quintaes, 2023, s/p.).

Mauro Quintaes (2023) classificou o *Lunário Perpétuo* como um "orientador da vida" (Quintaes, 2023, s/p.) naquela realidade. Da mesma forma que os manuais escritos pelos fazendeiros de café do interior da Província do

[2] Samba-enredo composto pela parceria de Guga Martins, Passos Júnior, Gustavo Clarão, Lucas Macedo, Leandro Gaúcho, Clairton Fonseca, Richard Valença, Gigi da Estiva, Abílio Júnior, Marquinho Paloma, Cristiano Teles e Ailson Picanço.

Rio de Janeiro, já no século XIX foram guias para os demais proprietários envolvidos no mercado agroexportador. Em geral, a tipologia dos manuais possuía esta característica principal: levar diversos ensinamentos que seriam úteis aos seus leitores através de uma linguagem acessível, seja ela textual ou iconográfica. Estas obras, portanto, ampliaram a circulação do pensamento científico e o introduziram nas atividades cotidianas de diferentes sociedades. A ciência não estaria mais guardada com seu público especializado, mas em diálogo direto com os conhecimentos populares. E, por isso, a escolha por este título.

Diferentemente do *Lunário Perpétuo*, os manuais direcionados aos fazendeiros, tema central deste artigo, não possuíam uma gama tão variada de assuntos em suas páginas. Buscavam responder às suas principais demandas, através das experiências pessoais dos autores, em diálogo com conhecimentos recebidos por obras produzidas por pares ou por médicos, como destacaremos neste trabalho. Com isso, os proprietários puderam compartilhar os êxitos em suas unidades produtoras com outros fazendeiros, que adquiriam estes manuais e os utilizavam como norteadores. E entre as obras de proprietários-autores fluminenses[3], escolhemos para a análise aqui proposta o *Manual do Agricultor Brasileiro* (1839), de Carlos Augusto Taunay (1791-1867); *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* (1847), de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1785-1861); *Instruções gerais para a administração das fazendas* (1870), elaborado pelos filhos de Antônio Clemente Pinto (1785-1869), 1º barão de Nova Friburgo, segundo Rodrigo Marreto (2019).

Porém, antes de se tornarem escritores, como veremos mais à frente, os grandes fazendeiros eram consumidores de vários tipos de literatura. E conhecer uma biblioteca diz muito sobre seu proprietário: os motivos que o levaram a comprar uma determinada obra, os interesses nas temáticas mais recorrentes e até mesmo sua condição financeira, a partir do preço dos livros adquiridos e de sua procedência. Por isso, mais do que as informações intrínsecas, os livros revelavam características de quem o escrevia, do contexto de produção e do seu público-alvo, como observaremos nos manuais.

[3] Gentílico referente ao Estado do Rio de Janeiro.

Cabia aos leitores, portanto, a "escolha dos livros a serem introduzidos no espaço doméstico" (Bessone, 2014, p. 50), de acordo com seus interesses imediatos, questões morais e culturais, como uma forma de censura pessoal. E, destas escolhas, formariam as leituras cotidianas. Seja de entretenimento, as quais os "amigos poderiam ler e, ao mesmo tempo, acompanhar um jogo de bilhar" (Bessone, 2014, p. 105); ou para nortear as atividades em suas fazendas, a fim de torná-las ainda mais eficazes.

Podemos inserir os manuais num movimento denominado de *vulgarização da ciência*, no qual a transmissão de diversos tipos de conhecimentos científicos deveria estar integrada ao cotidiano daqueles que receberiam estas informações (Kodama, 2019). Os manuais partiam de um discurso original, sendo seus autores como mediadores, que identificavam os problemas e buscavam respondê-los em suas publicações se baseando nas experiências pessoais e/ou nos conhecimentos científicos introduzidos e ressignificados em seu cotidiano. Era sua função adequar sua escrita ao público que desejava atingir. Além de uma narrativa clara e didática, melhorias técnicas nas publicações também possibilitaram uma maior qualidade na chamada linguagem gráfica das publicações. Entre elas, a inclusão de imagens, o que facilitava ainda mais a transmissão e visualização das recomendações presentes neste tipo de obras (Fonseca, 2018).

Por isso, assim como afirma Rafael Marquese (2004), os manuais se transformaram em documentos privilegiados, que oferecem para a historiografia várias possiblidades de investigar as diversas esferas da sociedade nas quais foram escritos ao se disporem a responder às questões consideradas mais importantes nos momentos de sua produção ou reedição. Além disso, devemos levar em consideração que estas publicações são interpretativas, ou seja, frutos do local de observação e da experiência vivida por seus autores. Dentro de um mesmo manual, portanto, encontramos "olhares estrangeiros, olhares médicos, olhares religiosos, olhares nobres" (Rodrigues, 2011, p. 49). Estas obras refletem imagens e representações comuns às sociedades nas quais foram produzidas, com o intuito de transmiti-las, como "verdadeiras educadoras", fazendo parte de um conjunto de impressos que seriam "meios de instrução e educação, veículos de civilização" (Bessone *et. al*., 2016, p. 8). São publicações, portanto, que nos

revelam bem mais do que o conteúdo trazido em suas páginas. E, neste artigo, trabalharemos com elas a partir do viés da História da Saúde.

Dentro de um contexto em que a medicina buscava alcançar o monopólio das artes de curar, observamos que os médicos e seu discurso científico ganharam cada vez mais espaço nesta modalidade de literatura, sendo uma ferramenta para disseminar suas teorias e, assim, mais um meio de construir demandas para sua atuação junto aos fazendeiros, que lhes forneceria o capital financeiro e, principalmente, o social. Assim, ao mesmo tempo em que eram consumidores do que era produzido nos círculos científicos europeus, mantendo-se atualizados das novidades científicas, os médicos buscavam adequar este seu conhecimento às necessidades da região em que escolhiam atuar (Edler, 2002).

Os manuais contribuíram para consolidar no Brasil um "ambiente de intensa circulação de ideias, com o surgimento progressivo de publicações como panfletos, periódicos especializados, jornais diários e livros, entre tantos outros produtos impressos" (Bessone *et. al*., 2016: 8). Ressaltamos ainda que os impressos não eram agentes passivos, que apenas registravam a história, mas também eram colocados como atores, que transmitiam as opiniões e valores daqueles que os produziam, buscando moldar os pensamentos do seu público-alvo.

1. OS MANUAIS AMPLIARAM A CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA MÉDICA PELO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

Segundo Ricardo Salles (2008), mais do que um recorte espacial caracterizado pelos municípios que compõem a bacia do Rio Paraíba do Sul [4], ou por sua importância econômica e política por todo século XIX, devido à exportação do café, a região denominada Vale do Paraíba se caracterizou pela formação de uma elite agrícola, que buscava aproximar seus hábitos e estilo de vida da cultura dos grandes centros do Brasil e principalmente da Europa. A população deveria se portar de acordo com a nova posição que ocupava no

[4] O Rio Paraíba do Sul nasce no município de Areias, no interior do estado de São Paulo, e desemboca no mar de Campo dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro.

Império brasileiro, seguindo o desejo de construção de uma nação civilizada. Para acompanhar este movimento, definimos como fio condutor os fazendeiros da parte do Vale localizada no interior da Província do Rio de Janeiro, que se consolidou como palco da grande exportação de café até a abolição da escravatura em 1888, momento em que a Província de São Paulo já assumia este protagonismo agrícola no mercado internacional.

Com a formação da classe senhorial escravista fluminense, a partir de "hierarquias internas situacionais e simbólicas" (Salles, 2008, p. 53), a região, antes isolada serra acima, se aproximava do litoral considerado civilizado. As fazendas, mais do que unidades produtoras de café, tornaram-se núcleos a partir dos quais se irradiavam estas noções de civilidade que seguiam "a direção moral e intelectual que emanava do Estado" (Salles, 2008, p. 53). Os grandes cafeicultores se tornaram verdadeiras autoridades locais, construindo sua rede de contatos, moldada por suas relações com os demais setores com quem conviviam, de modo a reafirmar sua posição social naquela localidade.

Defendemos que os proprietários do Vale do Paraíba Fluminense inicialmente adquiriram manuais produzidos desde o final do século XVIII que relatavam experiências de outras importantes zonas de exportação de produtos agrícolas, como as colônias inglesas e francesas no Caribe, para serem seus guias na condução das atividades de suas unidades produtoras. Consideramos ainda que momentos de transformações e incertezas faziam com que os fazendeiros intensificassem a procura por respostas em experiências semelhantes, que estavam registradas nestas publicações.

Em relação ao interior fluminense, destacamos dois destes momentos: a remodelação física e social da região a partir do seu auge produtivo e enriquecimento, principalmente a partir da segunda metade do século XIX; e a extinção ou eminente fim do tráfico internacional de escravizados, a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Neste contexto, recorreram aos manuais que, entre seus objetivos, reuniam

> [...] normas para a adequada gestão de uma propriedade escravista. Elas incluíam conselhos diretamente ligados às questões agronômicas, reuniam informações sobre a caracterização e tratamento de doenças e, especialmente, alternativas de conservar, ou menos suprir, uma possível falta

> de mão-de-obra escrava com o fim da importação de cativos africanos, através de suas próprias experiências (Rodrigues, 2011, p. 10 e 11).

Neste artigo, escolhemos analisar os manuais produzidos por influentes fazendeiros fluminenses, a partir das questões de saúde trazidas por eles. Porém, para enriquecer este trabalho, consideramos ser importante fazer uma breve apresentação sobre as obras escritas por médicos, já que também são enaltecidas pelos proprietários-autores em suas publicações.

Os manuais escritos por médicos tinham como objetivo ensinar ao leitor a "tratar da saúde do corpo através de uma série de princípios higienistas; tratar do espírito através de uma educação moral-religiosa rígida; e tratar da natalidade através dos cuidados com as grávidas, com os recém-nascidos e do incentivo a formação de famílias" (Rodrigues, 2011, p. 56). Seguindo o objetivo de construção de uma nação civilizada por parte do Império brasileiro, como citamos anteriormente, estes manuais eram mais um meio pelo qual serão disseminados os bons costumes e condutas, de acordo com os conceitos de higiene e com as regras sociais definidas.

Os chamados *manuais de medicina popular*, escritos por médicos, foram sendo introduzidos nas bibliotecas das casas-grandes ao mesmo tempo em que a conservação da saúde se tornava um item essencial para o bom funcionamento das fazendas. Eram indicados como fonte de consulta, mas não como forma de substituição da presença do médico em casos de enfermidade (Proença, 2022).

Desta forma, os médicos-autores buscavam

> elucidar as atribuições da ciência, com informações corretas dentro do contexto do período, e aglutinar os leitores contra o charlatanismo, além, é claro, de introduzir as noções de medicina de forma inteligível aos leigos. Estes três princípios, de cunho civilizador, serviram de tema para a maioria dos prefácios (Guimarães, 2003, p. 48).

Quanto à estrutura, estas publicações eram comumente divididas em temas e verbetes, muitos deles em ordem alfabética, no qual eram transmitidas todas as informações que os autores julgassem necessárias para que o leitor tivesse condições de reconhecer determinada enfermidade, "depois tratando particularmente de cada uma e por fim, indicando um tratamento, que quase

sempre era uma solução higiênica" (RODRIGUES, 2011: 76). O *Higienismo* foi a teoria médica que dominou o pensamento científico-acadêmico do século XIX.

Segundo esta corrente, os denominados *maus ares* ou *miasmas* teriam influência direta na salubridade ou na propensão à disseminação de doenças. De acordo com Luiz Otávio Ferreira (2009), o médico francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856) foi um dos principais responsáveis pela "tradução local" do higienismo, durante o período de institucionalização da medicina no Brasil e dos periódicos especializados. Para Sigaud, os trópicos tinham a temperatura elevada e sua umidade como principais agentes causadores das patologias, por possibilitarem a produção de emanações miasmáticas e a contaminação atmosférica. Porém, poderiam alcançar a salubridade, através da amenização dos efeitos de seu clima, a partir das medidas higienistas, como a limpeza do espaço e do corpo. O que contribuiu para uma crescente influência do discurso médico em diversos âmbitos da sociedade oitocentista (Proença, 2017).

Apesar de fornecer todas as informações de forma didática, os médicos-autores orientavam o leitor das vantagens de procurar os serviços do seu grupo profissional sempre que fosse preciso. Mas, caso não fosse possível, os autores garantiam que os leitores poderiam definir um diagnóstico, assim como aplicar a terapêutica que fosse recomendada através dos ensinamentos contidos naquele manual (Guimarães, 2003). Portanto, a par destes conhecimentos, os proprietários deveriam atuar como complementares dos serviços médicos e não como seus substitutos.

Conhecer as enfermidades por meio destes manuais, possibilitava que os fazendeiros fizessem os diagnósticos mais precisos possíveis dentro do seu limite de conhecimento à época. E, num período em que os cativos eram vistos como propriedades, garanti-lhes a saúde apresenta-se como ferramenta essencial para a manutenção da riqueza dos fazendeiros. Por isso, as enfermidades que mais os acometiam eram motivo de preocupação e ganhavam destaque nas bibliotecas particulares dos proprietários, assim como a higienização dos espaços e a organização de uma jornada de trabalho, que combinaria produtividade e fortalecimento do organismo (Proença, 2022). A saúde "revelava-se como um elemento de reordenação das relações entre

senhores e escravos" (Rodrigues, 2011, p. 71). E mesmo que os proprietários desconfiassem que os seus cativos estivessem fingindo uma enfermidade em busca de dias de descanso das suas árduas tarefas e melhores refeições, "não podiam negar esses tipos de concessões para garantir a conservação de sua mão-de-obra" (Rodrigues, 2011, p. 71).

Ainda mais quando foram colocados em uma situação de incertezas, como a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), citada anteriormente. A consequente diminuição da disponibilidade de reposição de mão-de-obra cativa e o aumento gradativo do seu preço obrigou os megas e grandes proprietários, ou seja, aqueles que possuíam mais de 100 ou 90 escravizados respectivamente, a buscarem alternativas para prolongar a vida útil dos escravizados nos seus plantéis (Proença, 2022).

O mercado de livros tinha nas áreas profissionais um grande nicho de vendas. E com a área da medicina não seria diferente, devido a uma sociedade cada vez mais receptiva e curiosa sobre as questões de saúde e do funcionamento do corpo. Assim, os manuais escritos por médicos encontraram um ambiente fértil para sua divulgação inclusive nas obras cujos autores eram os fazendeiros. Eram indicados como indispensáveis para se ter em todas as propriedades por ensinarem a diagnosticar e a cuidar de enfermidades, de acordo com os princípios da medicina acadêmica, enquanto se aguardava a chegada de um profissional (Proença, 2022).

Estas publicações ainda recomendavam que os proprietários deveriam estar a par de tudo que acontecia em suas terras e com seus cativos. Deveria ser função do fazendeiro garantir os cuidados necessários para que os escravizados se mantivessem aptos aos serviços a eles destinados. Seguindo estas recomendações, observaremos que os proprietários-autores descrevem a ciência médica em seus manuais já adaptada aos seus afazeres e realidades numa unidade agrícola, cuja utilidade seria então bem mais compreendida e absorvida pela sociedade, despertando o interesse público, independente do seu grau de sua idade e grau instrução.

De acordo com Maria Regina Cotrim Guimarães (2003), "a medicina acadêmica, ainda que exercida pelos fazendeiros, estava se disseminando e convivendo com as demais práticas médicas populares, já velhas conhecidas

dos próprios senhores, dos escravos e dos colonos pobres" (Guimarães, 2003, p. 30). Consideramos, por isso, que os manuais também foram uma ferramenta para que os médicos conseguissem criar mais demandas para seus serviços, a partir de divulgação e ensinamento das suas teorias científicas e indicação de métodos de tratamentos que garantiam ser os mais eficazes (Proença, 2022).

Os manuais escritos por médicos também tratavam diretamente de aspectos da saúde dos escravizados, enfatizando as recorrentes enfermidades e os tratamentos caseiros que poderiam ser facilmente administrados para eles. Assunto que interessava aos grandes proprietários do Vale do Paraíba Fluminense, ainda mais após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850). Diferentemente das teses apresentadas pelos médicos no momento de sua formação à época, os manuais traziam as questões da saúde dos cativos como tema central das publicações e não como argumentação à outra ideia a ser defendida (Pôrto, 2006).

Seguir as recomendações dos manuais desenvolvidos por médicos era uma escolha dos proprietários, dentro de um leque de opções de praticantes de cura bastante disseminados e incorporados à cultura do interior. Com isso, estabeleciam uma ponte entre o saber científico e às necessidades de assistência à saúde do interior fluminense, e dotavam de credibilidade o trabalho destes profissionais em suas redes de interdependência. Inicialmente introduzidas nas fazendas cujos proprietários eram letrados e possuíam maior poder aquisitivo para adquirir estas obras e implementar suas recomendações, consideramos que as informações também poderiam ser disseminadas pela prática e pela oralidade, levando "o médico e a medicina aos lugares nos quais eles não eram encontrados facilmente" (Rodrigues, 2011, p. 82), caso produzissem resultados significativos.

Os clínicos se colocavam presentes no cotidiano dos leitores a fim de afastá-los das práticas populares de cura, as quais muitos ainda recorriam. Seguiam um movimento maior de institucionalização e popularização desta ciência, que vinha das academias e instituições de ensino, assim como da introdução dos bons hábitos, que deveriam ser cada vez mais próximos aos grandes centros considerados civilizados.

2. A ASSISTÊNCIA À SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA BOA GESTÃO DOS COMPLEXOS CAFEEIROS FLUMINENSES

Como apresentamos até então, por serem publicações de interesse da elite agrária, consideramos que os manuais ganharam prestígio no Vale do Paraíba Fluminense. E, a partir dos conhecimentos adquiridos e das experiências singulares dos fazendeiros que ali residiam, a região foi palco também da produção de novos guias. As obras produzidas pelos próprios fazendeiros tinham como objetivo principal transmitir entre seus pares os métodos que consideravam mais eficazes para a administração de uma grande unidade produtora. As páginas destas obras recebem uma rica descrição das atividades, dos modos de plantio, da organização e utilização dos prédios da fazenda e da relação com os escravizados e demais atores que conviviam nestes espaços.

Os proprietários-autores eram autodidatas e buscavam "conferir credibilidade a suas propostas e reforçar, podemos dizer, sua consciência como grupo" (Fonseca, 2018, p. 646), o que contribuía para legitimar as experiências que registravam em seus manuais. Cada autor escrevia de acordo com sua percepção da sociedade em que estavam inseridos. Por isso, os conhecimentos transmitidos não eram apenas técnicos, mas envolvidos pela influência social na qual se desenvolviam.

Em suas páginas, os autores procuravam responder às principais demandas encontradas por eles enquanto fazendeiros, o que nos permite entender o contexto em que estavam inseridos, assim como o pensamento compartilhado à época. É imprescindível, portanto, que se olhe além do foco principal destas fontes. Compreender quem e quando foram escritas, assim como o seu público-alvo, também nos fornece informações sobre as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e sociais que envolviam estas obras, tudo através de um vocabulário popular da época. Por isso que, estes manuais se transformaram em importantes fontes históricas ao nos fornecerem informações sobre práticas de gestão anteriores e as novas práticas propostas para organizar e otimizar a produção agrícola escravista (Marquese, 2004).

Segundo Eduardo Silva (1985), houve um primeiro ciclo de manuais escritos pelos patriarcas das famílias pioneiras na produção do café no Vale do Paraíba Fluminense, que se encerrou na década de 1860. Posteriormente, são produzidos trabalhos, até mesmo críticos, "em relação aos métodos agrícolas tradicionais e às práticas rotineiras que esgotavam a terra e levavam ao colapso econômico" (Silva, 1985, p. 16). Nas reedições dos manuais, havia uma tendência em adaptar o conteúdo original às demandas que fossem surgindo, para que continuassem sendo úteis aqueles que recorriam a estas publicações. E isto acontecia por meio de notas e comentários inseridos por seus autores ou, se já fossem obras póstumas, pelos editores responsáveis.

Os manuais escritos por proprietários tinham uma estrutura bem semelhante entre si, o que acabava facilitando sua compreensão por parte dos leitores. Além das questões de saúde, que guiarão a análise a seguir, estavam presentes também em suas páginas métodos de plantação e engenharias agrícolas, e recomendações para a melhoria nas condições de vida dos escravizados: alimentação, vestuário, jornada de trabalho, moradia. A gestão da escravaria deveria estar pautada num equilíbrio entre concessão e disciplina. O enriquecimento da região do Vale do Paraíba Fluminense proveniente da agroexportação do café, principalmente na segunda metade do século XIX, possibilitava um investimento maior na estrutura das fazendas, ao mesmo tempo em que era necessário prolongar a vida útil da mão-de-obra cativa, devido a Lei Eusébio de Queiroz (1850) (Proença, 2022).

Os proprietários fluminenses, que já consumiam este tipo de publicação em situações de grandes dúvidas, apostando nas bem-sucedidas experiências descritas naquelas páginas, passaram a elaborar "um modelo de administração dos escravos que regiam minunciosamente todos os aspectos da vida da escravaria e que poderia ser utilizado por qualquer fazendeiro" (Rodrigues, 2011, p. 28) E não apenas para a resolução de problemas privados, mas em relação a administração político-econômica como um todo.

Por isso, os manuais escritos por eles

> poderiam estar articulados à sociedade e a diversos outros atores, contemporâneos seus ou não, formando uma corrente que se influenciavam e que procuravam responder

> racionalmente às questões que consideravam mais urgentes, como a manutenção da escravidão (Rodrigues, 2011, p. 29).

E esta manutenção do sistema escravista também envolvia negociações entre os escravizados e os senhores, numa tentativa de evitar/adiar o fim da ordem escravista e o perigo de grandes revoltas vistas em outros espaços de agroexportação, como foi o caso da chamada Revolução abolicionista do Haiti (1804). Neste tópico, enfatizaremos fornecimento de assistência à saúde como uma destas ferramentas de negociação. Por isso, as enfermidades que mais acometiam os escravizados eram motivo de preocupação e ganhavam destaque nos manuais, assim como a higienização dos espaços e a organização de uma jornada de trabalho, pautada em produtividade e controle sobre a escravaria. A assistência à saúde é colocada como prioridade, tanto pela questão humanitária quanto pela questão econômica, que deveria ser de praxe em toda administração (Proença, 2022).

A dependência da mão-de-obra escravizada para a manutenção da economia e dos lucros das grandes *plantations* à época revelava a preocupação dos autores dos manuais em defender este regime. Um dos principais argumentos utilizados era que a raça negra seria inferior física e intelectualmente e, por isso, necessitava dos cuidados e da orientação dos brancos. Uma gestão de terras, propriedades e escravaria, baseada num pensamento paternalista, passou a ser compartilhada entre os agricultores da época, tal como também defendeu Carlos Augusto Taunay, em seu *Manual do Agricultor Brasileiro* (1839). E por ele iniciaremos a análise dos manuais produzidos pelos fazendeiros fluminenses.

Este manual foi um dos primeiros impressos no Império brasileiro, recebendo duas edições em 1839. Porém, nestas reedições não foram incorporadas informações adicionais ao *Manual do Agricultor Brasileiro*. É uma obra feita a partir do olhar de um francês naturalizado brasileiro sobre a realidade na qual passou a estar integrado, após se tornar administrador de um sítio de sua família na Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, no qual cultivavam café. Este manual, portanto, também foi escrito com base na experiência de Taunay com agricultor, mas carregando consigo um pouco das suas outras atividades: militar e periodista, autor de artigos em jornais e revistas (Marquese, 2001).

Taunay indica que seu manual é uma forma de suprir a falta de trabalhos adequados à realidade dos agricultores brasileiros, já que "a legislatura, o governo e as câmaras provinciais não encomendam a homens de saber e experiência tratados e escritos que difundam as teorias e bons métodos" (Taunay, 1839, p. 8). Compreende como seu público-alvo os senhores de engenho, fazendeiro e lavrador, por apresentar um panorama sobre a agricultura existente no Brasil e tudo que está envolvido nesta produção.

O autor inicia os capítulos de sua obra abordando as influências para se escolher os gêneros de cultura a serem produzidos na fazenda, assim como a melhor localidade e terreno para eles. Mas logo nos capítulos seguintes observamos que a administração dos escravizados é o seu assunto central. Temendo uma revolta escravizada, tal como aconteceu em São Domingos (Haiti), que levaria a um colapso econômico e político semelhante ao daquela antiga colônia francesa, os manuais brasileiros refletiam uma preocupação com a manutenção da ordem, como citamos anteriormente.

No terceiro capítulo, Taunay apontou algumas das regras que considerava indispensáveis para o bom funcionamento da fazenda e para uma relação harmoniosa com os escravizados. São elas referentes ao alimento, vestuário, habitações, tarefas a serem realizadas diariamente, a disciplina e quando deveriam ser aplicados os castigos, a direção moral e religiosa e a relação entre os sexos. E, segundo o autor, apesar de serem regras gerais, elas deveriam ser adaptadas ao clima e lugar onde a fazenda estava instalada e ao gênero agrícola que lá era produzido (Taunay, 1839).

Quanto à saúde dos escravizados, escreve Taunay neste mesmo capítulo:

> Parece incrível que haja precisão de recomendar que se tome cuidado com os pretos doentes pois que o interesse e a humanidade igualmente o exigem. Mas o desleixo e abandono são tais em muitas partes, que somente na ocasião de perigo eminente é que se dá fé do estado dos escravos, e se lembram de os tirar das encharcadas palhoças onde jazem no chão, mal cobertas com trapos pestíferos. É de esperar que a alta do preço dos negros e menores rendimentos da agricultura tornem os senhores mais solícitos no tratamento de sua escravatura (Taunay, 1839, p. 11).

À época da produção deste manual, o aumento dos preços da mão-de-obra cativa pode ser uma das consequências da primeira lei formulada no Império brasileiro que visava o fim do tráfico negreiro internacional. Chamada de Lei Feijó (1831), esta tentativa foi mais uma forma de manter as boas relações com a Inglaterra, que pressionava o Brasil para a extinção deste tráfico, do que realmente cumprida pelos comerciantes de escravizados ou até mesmo pelas autoridades. Apenas após a Lei Eusébio de Queiroz (1850) esta prática foi realmente extinta. E, com isso, consideramos que muitos proprietários passaram a seguir ainda mais as recomendações presentes nestas obras, com o objetivo de prolongar a vida útil dos seus cativos nas lavouras.

Taunay recomenda ainda que as senzalas deveriam ser construídas e conservadas com muito asseio, sendo inspecionadas todos os domingos para conferir o estado da limpeza do local, das camas, dos cobertores e das vestimentas, para que o proprietário não deixasse acumular a imundície. Indica também que os escravizados deveriam trabalhar seis dias e descansar no sétimo. Seu expediente seria marcado pela duração do dia, com dois intervalos: para o almoço e para o jantar. Segundo o autor, “é o quanto se pode exigir diariamente da força humana, sem risco da saúde” (Taunay, 1839, p. 11).

A instalação de um hospital particular na unidade agrícola também é recomendada no *Manual do Agricultor Brasileiro*. Taunay afirma que “toda fazenda bem regrada deve ter uma sala ou local em situação seca e bem arejada para hospital”, com “tudo que é necessário para a cura dos doentes e, se a situação da fazenda o permitir, deve-se ter um cirurgião de partido” (Taunay, 1839, p. 11). A presença do que denominamos *hospitais-rurais* fazia com que os escravizados recebessem um tratamento rápido, seguindo os métodos médicos-científicos, e se afastassem o menor tempo possível das suas atividades, além de ser mais um espaço de trabalho para os clínicos que atuavam no interior fluminense, aproximando-os ainda mais da elite agrária local (Proença, 2022).

O proprietário-autor insere um rico material em seu manual para auxiliar no tratamento de enfermidades. Primeiramente, indicou uma lista de plantas medicinais para a “composição de uma caixa farmacêutica, com o uso dos medicamentos, assim como o tratamento de certas doenças mais triviais entre os pretos” (Taunay, 1839, p. 11). Aprofundar-se sobre as doenças consideradas

mais comuns e prejudiciais aos escravizados também fazia parte do modo de construir estes manuais, sendo uma característica daqueles escritos por médicos e que foi absorvida pelos proprietários-autores.

Taunay também apresenta o que ele denominou de *Pequeno tratado alfabético das principais doenças que acometem os pretos* (Taunay, 1839, p. 258 a 264). Conteúdo que foi produzido pelo Dr. Senechal, que estudava a medicação dos africanos a partir de notas que escreveu aos fazendeiros que o procuravam em busca de soluções para suas principais demandas. Este tratado trazia informações sobre como identificar as doenças e os modos de tratá-las, característica também das obras dos médicos-autores, como citamos anteriormente. E, entre elas, chamou-nos atenção a descrição que o autor faz sobre as chamadas *doenças fingidas*:

> Em regra geral, quando os negros ou negras sem febre, calor, vômitos, nem diarreia, recusam alimentos e tornam-se pertinazes e desobedientes (caso assaz frequente), se lhes prestar atenção, eles teimam em se deixar morrer de fome antes do que dar fim ao entremez. Não deve, portanto, haver receio de empregar o rigor. O medo do castigo fara reaparecer o apetite, e curará a má disposição moral (Taunay, 1839, p. 260).

Apesar de grande resistência por parte dos escravizados quanto a ida ao *hospital-rural*, muitos deles encontravam neste local uma possibilidade de descanso, ao se fingirem enfermos, principalmente em períodos de colheita. Por isso, era indicado o contrato com um médico para que realizassem visitas periódicas ao local; ou, se não fosse possível, que os próprios fazendeiros adquirissem um conhecimento básico para identificar se estes indivíduos estavam realmente doentes ou utilizando esta condição como desculpa para se afastarem momentaneamente do árduo trabalho na lavoura (Proença, 2022).

No apêndice de sua obra, Taunay publica o *Mapa das plantas econômicas e medicinais as mais usadas na economia e medicina doméstica brasileira*, baseado nos estudos de botânica realizados por Luiz Riedel (Taunay, 1893, p. 313 a 328). Trazendo raízes, cascas, ervas e folhas, frutos, gomas, resinas, balsamos e óleos, o mapa foi dividido em colunas, indicando o nome vulgar e científico das plantas, classe e ordem, família natural e as observações. E o autor indica contra qual doença deveria ser utilizada, o modo de aplicá-la e

características como seu cheiro e gosto. Através deste material, o autor afirma que pretendia auxiliar "os fazendeiros e moradores que não podem ter à mão um facultativo" (Taunay, 1839, p. 11), assim como aqueles que não teriam o poder aquisitivo para manter uma botica regularmente abastecida em sua fazenda. Ao mesmo tempo, desqualifica outras práticas de cura não-científicas, as quais poderiam ter acesso:

> Não deixaremos estes senhores fazendeiros sem se lhes fizer observar que as superstições e crenças populares em patuás e orações estrambóticas, tão usuais na medicina selvagem dos sertões, de nada servem para curar as doenças (Taunay, 1839, p. 98).

A partir desta citação, incluímos o *Manual do Agricultor Brasileiro* numa tendência observada nas demais obras deste tipo: fornecer aos seus leitores o máximo de informações possíveis sobre assistência à saúde nos moldes médico-científicos para afastá-los das práticas populares de cura. Estava alinhado, portanto, aos interesses individuais dos clínicos na construção de demandas para seu trabalho e no objetivo coletivo deste grupo profissional na busca pelo monopólio das artes de curar.

Segundo Rafael Marquese (2001), o manual de Carlos Augusto Taunay foi concebido alinhado à ordem política que estava sendo construída entre os anos de 1820 e 1830. A partir de sua experiência como proprietário, o autor pretendia também disseminar as ideias conservadoras as quais defendia (Marquese, 2001). O *Manual do Agricultor Brasileiro*, portanto, nos permite observar a sociedade escravista brasileira através "da mentalidade das elites locais e das relações de poder escoradas na escravidão, basilares na formação história brasileira" (Marquese, 2001, p. 25).

Chegando ao Vale do Paraíba Fluminense, os próximos manuais que serão analisados estão diretamente ligados às dinâmicas instituídas nas fazendas cafeicultoras de duas das mais importantes famílias da região à época: os Lacerda Werneck e os Clemente Pinto. Seguindo a cronologia das produções, iniciaremos a análise pela *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* (1847), cujo autor é Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes.

A obra nasceu da preocupação de um pai com seu filho. Luís Peixoto de Lacerda Werneck (1824-1886) saiu de Vassouras, um dos principais municípios do Vale do Paraíba Fluminense, para se formar em Direito na Europa. Ao retornar ao Brasil, casou-se com sua prima Isabel Augusta e, devido ao falecimento de seu sogro, passou a ser o administrador de uma fazenda de café em sua cidade natal. Abandonando a cidade do Rio de Janeiro e sua carreira bem iniciada, Luís Werneck passou a ter que lidar diretamente com a agricultura e a gestão de uma fazenda e sua escravaria (Silva, 1985). Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, então, desenvolveu este manual com o intuito de oferecer orientações ao seu filho "de maneira prática, simples e direta" em relação "a fundação, estrutura e funcionamento de uma fazenda escravista no Rio de Janeiro, seus usos e costumes" (Silva, 1985, p. 14).

A versão do livro que utilizamos para realizar a análise deste trabalho reúne as três versões deste manual e foi publicada em 1985 pela Fundação Casa de Rui Barbosa. A primeira das versões foi integralmente escrita por Francisco. Para se ter uma dimensão do seu papel social no Vale, o barão de Paty de Alferes deixou sete fazendas e cerca de mil escravizados ao falecer, sendo o manual um registro da experiência do autor, que lidou com lavoura por toda sua vida (Silva, 1985). E é interessante como este manual deixa de ser apenas um apoio familiar. Ao ser publicado pela Tipografia Universal de Laemmert, ele se transforma numa fonte para todos os fazendeiros da região que necessitassem deste tipo de orientação.

Diferentemente do *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, o trabalho de Francisco Werneck foi reeditado mais duas vezes com inclusão e atualizações de informações. Na segunda edição, datada de 1863 e já póstuma, seu título teve uma pequena alteração: *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Os editores procuraram Luís Werneck, naquele momento já um fazendeiro com suas próprias experiências, para que revisasse o trabalho de seu pai. Além disso, no apêndice ainda foram incluídos artigos da obra de Taunay, sobre a qual citamos anteriormente, e até mesmo anúncios relacionados à lavoura (Silva, 1985). Com isso, "os editores esperavam que o livro se constituísse num verdadeiro guia prático do fazendeiro" (Silva, 1985, p. 15).

O manual dos Lacerda Werneck indica que as fazendas deveriam ser essencialmente funcionais, atendendo às necessidades primárias para se manter o sucesso de sua agricultura. Sendo uma delas a presença de uma *aguada* para a movimentação das máquinas. Encontrando este recurso, a fazenda se construirá a partir deste ponto, erguendo sua sede e "um complexo de edificações, ligadas direta ou indiretamente à produção: paióis, armazéns, cavalariças, senzalas, hospital, etc." (Silva, 1985, p. 28). Mais uma vez, o *hospital-rural* aparece como uma recomendação aos pares. Além disso, o ideal era que estas propriedades fossem autossuficientes, cultivando "gêneros alimentícios na proporção das suas necessidades" (Silva, 1985, p. 38). E mais do que matas virgens disponíveis para a expansão, a lavoura do café necessitava de uma mão-de-obra cativa produtiva e os gastos necessários para sua manutenção (Silva, 1985).

Assim como no *Manual do Agricultor Brasileiro*, o barão de Paty de Alferes traz uma série de práticas que fariam harmônicas as relações com os cativos, através de cessões dos proprietários. Entre elas, permitir que o escravizado tivesse sua própria roça, porque assim conseguiriam se distrair das obrigações da escravidão e adquirir amor à terra. Porém, não deveria permitir que esta colheita fosse vendida a outra pessoa. Recomenda ainda que os escravizados deveriam ter domingo e dia santo, para que pudessem aprender a doutrina cristã; ouvir a missa, se a fazenda possuísse uma capela; e confessar todo ano, porque isso moldaria sua moralidade e costumes, além de torná-los cada vez mais obedientes aos seus senhores Em relação às punições, o autor apoia que os cativos deveriam ser castigados proporcionalmente ao delito que tiverem cometidos (Werneck, 1985).

Quanto à alimentação, Werneck discorda de Taunay, dizendo que os escravizados renderiam muito menos se não se alimentassem o suficiente para realizar o trabalho aos quais eram mandados. Por isso, recomenda que os trabalhadores da lavoura deveriam se alimentar três vezes ao dia e não apenas em dois intervalos (Werneck, 1985).

Já as informações sobre assistência à saúde ocupam apenas dois parágrafos neste manual. Segundo o autor, os escravizados deveriam ser tratados com cuidado e humanidade:

> Não mandeis o vosso escravo adoentado para o trabalho; se tiver feridas, devem-se lhe curar completamente para então irem ao serviço. Tenho visto em algumas fazendas pretos no trabalho com grandes úlceras, e mesmo assim lá andam a manquejar em risco de ficarem perdidos ou aleijados. Este proceder, além de desumano, é prejudicial aos interesses do dono (Werneck, 1985, p. 65).

Werneck indica ainda que os proprietários não deveriam deixar apenas nas mãos dos médicos os cuidados com seus cativos nos momentos de enfermidades. Caberia também a eles identificarem os doentes, levá-los ao *hospital-rural* e darem alta aqueles que já estavam reestabelecidos. Nas enfermarias, eles administrariam os remédios a cada um, de acordo com as anotações deixadas pelo médico ou cirurgião contratado, além de animarem os doentes e dar-lhes alívio, atendendo qualquer necessidade que eles tiverem (Werneck, 1985).

E, para que o proprietário estivesse capacitado para realizar estas funções, Luís Werneck destaca que seria "indispensável a todo o fazendeiro possuir alguns conhecimentos da arte de curar e da higiene" (Werneck, 1985, p. 104). Para tal, recomenda dois manuais do médico dinamarquês Theodoro Langgard: *Dicionário de medicina doméstica e popular*; e o *Novo formulário médico e farmacêutico ou Vade-mecum médico*.

Para finalizar a análise aqui proposta, orientamos nosso olhar para os chamados Sertões do Macacu. No município de Cantagalo, outro importante núcleo do Vale do Paraíba Fluminense, encontramos o manual denominado *Instruções gerais para a administração das fazendas* (1870), elaborado pelos descentes do primeiro barão de Nova Friburgo para ser um guia de orientação nas fazendas da família Clemente Pinto (Marreto, 2019). Diferentemente do manual produzido pelos Lacerda Werneck, *Instruções* permaneceu apenas em suporte documental-manuscrito e foi transcrito no livro *Negro de corpo e alma: mostra do redescobrimento* (Aguillar, 2000, p. 108 a 110).

Antônio Clemente Pinto, o primeiro barão de Nova Friburgo, era imigrante português e chegou ao Brasil por volta de 1820. Construiu sua riqueza a partir de atividades comerciais, principalmente de compra e venda de escravizados na cidade do Rio de Janeiro, a qual foi investida posteriormente em terras e mão-de-obra. Estima-se que Antônio Clemente Pinto possuía quinze fazendas nos

municípios de Cantagalo, Nova Friburgo e São Fidélis e cerca de dois mil e duzentos escravizados. Foi através dos lucros advindos do café que ele aumentou sua riqueza e afirmou sua posição social, tornando-se o fazendeiro mais rico do Brasil. Os filhos do primeiro barão de Nova Friburgo, Bernardo Clemente Pinto Sobrinho (1835-1914) – segundo barão de Nova Friburgo – e Antônio Clemente Pinto Filho (1838-1898) – barão de São Clemente – souberam administrar e continuar colhendo lucros destes investimentos (Proença, 2017). E, segundo Rodrigo Marreto (2019), registraram esta experiência nas *Instruções gerais para a administração das fazendas* (1870).

Em formato diferente e bem menor comparado aos demais aqui apresentados, este manual também fornece recomendações pontuais e breves sobre a administração da fazenda. Era indicado que o proprietário tenha um comportamento justo e imparcial, mantendo sob seu controle tudo que está relacionado à fazenda. Assim, suas atividades diárias se iniciavam junto com a ida dos escravizados à lavoura, examinando pessoalmente se os serviços estão sendo cumpridos de forma satisfatória. Além da própria escravaria, os trabalhadores livres também deveriam seguir as ordens destes fazendeiros. Entre eles, os enfermeiros contratados, que conduziam as atividades cotidianas dos *hospitais-rurais* de acordo com as orientações dos médicos que ali atuavam. E, caso não cumprissem seus deveres, era obrigação do proprietário demiti-los (Clemente Pinto, 2000).

Após indicar as funções dos proprietários, o documento passa descrever o tratamento que deveria ser aplicado à escravaria. Quanto aos castigos, era recomendado que não devem ser aplicados apenas por suspeitas, já que isso faria com que os escravizados ficassem impacientes, o que poderia provocar um desequilíbrio nas relações construídas naquele espaço. Os mais severos somente poderiam ser dados pelo administrador geral da fazenda e não por seus feitores, evitando piorá-los por meio de injúrias, que aumentariam o rancor dos cativos (Clemente Pinto, 2000).

As relações domésticas dos cativos também não deveriam sofrer intervenções ou serem prejudicadas pelos trabalhadores livres, com os quais conviviam nas fazendas. Além disso, “a roupa, comida, aguardente, fumo, etc. devem ser dados com regularidade, e as propriedades dos escravos devem ser

respeitadas" (Clemente Pinto, 2000, p. 109). Mais uma vez, observamos nestes manuais escritos por fazendeiros o registro das estratégias de negociação desenvolvidas para que se mantivesse as relações de poder características às fazendas escravistas:

> Se o escravo recebe com regularidade tudo que pelo uso estabelecido se julga com direito a receber, se reconhecer que o castigo está somente empregado para evitar desordens, indisciplina, e preguiça, ele sempre trabalhará com boa vontade e ficará satisfeito com sua sorte, bem entendido que em todas as fazendas, há alguns escravos que fazem exceção d'esta regra, porém refere-se a maior parte da escravatura (Clemente Pinto, 2000, p. 109).

Em relação ao cuidado com os escravizados, chamou-nos a atenção a seguinte recomendação: "revistar os pés de cada escravo, examinando se foram lavados na noite antecedente antes de se deitarem, porque além da falta de limpeza, é a origem do maior número de feridas, frieiras e acumulação de bichos" (Clemente Pinto, 2000, p. 108). Certamente tal precaução tinha como objetivo prevenir infecções cutâneas provocadas por parasitos, um dos tipos de enfermidades mais recorrente entre os escravizados. Outra medida preventiva era a limpeza nos terrenos próximos e no interior das senzalas, que deveriam ser varridas todos os dias, seguindo os preceitos da corrente *Higienista* do pensamento médico-científico, citados anteriormente.

Assim como o manual produzido pelos Lacerda Werneck, os *hospitais-rurais* são tratados de forma breve pelos Clemente Pinto, indicando apenas a necessidade da sua instalação e da contratação de um médico para que fosse responsável pelas indicações deixadas aos enfermeiros responsáveis. Mesmo assim, cabia ao fazendeiro examinar as atividades realizadas neste estabelecimento particular de assistência à saúde, principalmente se o enfermeiro havia "fielmente administrado aos doentes o que o doutor tiver prescrito, ou o que a boa razão e experiência indicar nas moléstias leves, mandando imediatamente chamar o facultativo nas que não se conhecerem ou apresentarem aspecto grave" (Clemente Pinto, 2000, p. 109). Em *Instruções*, é interessante observar que há certo tipo de liberdade de ação para estes enfermeiros em casos de doenças leves, o que não é observado, por exemplo, em manuais produzidos pelos médicos. Porém, mais uma vez, coloca-se a

necessidade de contratar ou chamar um clínico sempre que houvesse casos de enfermidades.

A presença do médico também se torna indispensável quando o escravizado se queixa de algum mal-estar. Seria ele quem examinaria este cativo, já enviado para o *hospital-rural*, certificando se ele estava mesmo enfermo. Como já dissemos anteriormente, muito escravizados buscavam o hospital das fazendas numa tentativa de descansar dos trabalhos para os quais eram designados. De acordo com *Instruções*, caso o médico observasse e comunicasse ao fazendeiro que o cativo não estava verdadeiramente enfermo, não era aplicado nenhum castigo físico, como se poderia imaginar nestas situações de desobediência. Nestes casos,

> reconhecendo-se que ele não está doente, deve-se proibir o fumar, botá-lo a dieta rigorosa, e fazê-lo catar café, para ele mesmo preferir o trabalho acostumado ao do hospital. Ao contrário, deve o doente achar todos os cômodos no hospital e o melhor tratamento possível (Clemente Pinto, 2000, p. 109).

Para concluir as recomendações sobre o tratamento dado aos escravizados, o manual dos Clemente Pinto indica que o fazendeiro deveria conhecer os cativos e dar a eles os trabalhos compatíveis à sua idade, corpo e força, sendo um estudo contínuo que deve ser feito. Além disso, cuidar dos escravizados que estivessem em alguma posição de suscetibilidade, seja pela idade avançada ou por alguma enfermidade, estimularia os demais a servirem com mais obediência e vontade, sabendo que teriam o direito de receber este tipo de tratamento quando assim necessitassem (Clemente Pinto, 2000). E, seguindo o padrão de organização dos demais manuais aqui apresentados, o restante das *Instruções* tratou de caracterizar as plantações, colheitas e preparação do café.

Observamos, portanto, que as atividades da unidade produtora moldavam a prática das recomendações contidas neste tipo de publicação. O discurso médico, por exemplo, foi abordado pelos proprietários-autores de modo diferente daquele registrado nos manuais escritos pelos médicos, descritos no tópico anterior. E isto nos fornece uma proximidade com o cotidiano de uma *plantation*, as redes de relações que ali se formavam e a valorização da ciência construída

na sociedade, cujo conhecimento se mostrava útil e funcional, sendo mais um elemento disponível para a observação histórica do contexto de sua produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da mão-de-obra cativa à época era considerada essencial para atender às demandas do mercado, assim como garantir os lucros dos fazendeiros com a agroexportação. Por isso, observamos nos manuais apresentados que o discurso médico e a assistência à saúde aparecem como ferramentas de negociação nas fazendas, envolvendo seus personagens e guiados por seus interesses. É necessário, porém, destacar que os cativos não eram apenas receptores passivos dos tratamentos que lhes eram impostos por seus senhores.

Apesar de absorverem influências com a vinda forçada para o Brasil, elementos culturais tradicionais foram importantes para o desenvolvimento e transmissão de conhecimentos naturais e espirituais por gerações. Ressalta-se, portanto, que mesmo submetidos à escolha de tratamento feita pelos seus senhores, os escravizados possuíam entre si redes de solidariedade, que proporcionavam um tipo de assistência específica, de acordo com seus próprios entendimentos sobre as enfermidades.

E se num primeiro momento, os manuais nos levam a imaginar que o discurso médico era introduzido nestas propriedades com grande autoridade e rapidamente absorvido por todos que compunham a dinâmica daquela fazenda, uma investigação mais aprofundada nos revela que esta não era a realidade. Como foi dito anteriormente, a teoria médico-científica muitas vezes não atendia à realidade encontrada nesta região. É, por isso, inevitável considerar estas unidades produtoras como palco de trocas entre estes atores, em que todos ensinam e aprendiam com os demais, mesmo que isso não tenha sido documentado nestes livros.

Compreendemos, assim, que a palavra do médico não era a última, nem entre seus pacientes, cativos ou livres, nem entre os fazendeiros, as verdadeiras autoridades locais, mas certamente tinha seu peso junto àqueles cujos

interesses poderiam ser alcançados através do que era defendido em seu discurso.

REFERÊNCIAS

BESSONE, Tânia Maria. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira e MOMESSO, Beatriz (orgs.). **Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos**. São Paulo: Alameda, 2016.

CLEMENTE PINTO. **Instruções Gerais para a Administração das Fazendas**. Boa sorte, 1870. IN: AGUILLAR, Nelson. (Org). **Negro de corpo e alma: mostra do redescobrimento**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo: Associação Brasil 500 anos artes visuais, 2000, p. 108 a 110.

EDLER, Flávio Coelho. **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9 (2): 357-85, maio-ago. 2002. Disponível em https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jkzw6Q98SLFLYKNkR3cbQPh/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 11 set. 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Introdução: José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo**. IN SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. **"A ciência popularmente tratada, e não a ciência profissionalmente discutida tal será o nosso sistema de redação": imprensa e vulgarização das ciências no Brasil na segunda metade do século XIX. Varia História**. vol. 34, n. 66, Belo Horizonte/MG, set.-dez., 2018. Disponível em https://www.scielo.br/j/vh/a/FBvM5Dqw7v9gwRNz7DbgKmq/abstract/?lang=pt. Acesso: 11 set. 2024.

KODAMA, Kaori. **A presença dos vulgarizadores das ciências na imprensa: a *Sciencia* para o Povo (1881) e seu editor, Félix Ferreira. Tempo**. vol. 25, n.1. Niterói/RJ, jan.-abr., 2019. Disponível em https://www.scielo.br/j/tem/a/BYgPdXXw8jxNcV8XV8ZRZVs/abstract/?lang=pt. Acesso: 11 set. 24.

MARRETO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c. 1829-**

c.1873). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em https://www.historia.uff.br/stricto/td/2123.pdf. Acesso: 11 set. 2024.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Introdução**. IN TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PÔRTO, Ângela. **O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out-dez, 2006. Disponível em https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GkKtTp4QKvCrNJnpmzD4H9K/?lang=pt. Acesso: 11 set. 2024.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. **Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_Anne_proenca.pdf. Acesso: 11 set. 2024.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. **Mande chamar o doutor! A presença dos médicos no Vale do Paraíba Fluminense (1840-1880)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2022.
Disponível em
https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_anne_thereza_proenca.pdf Acesso: 11 set. 2024.

QUINTAES, Mauro. **Entrevista**. IN CUNHA, Milton. **Enredo e samba: Porto da Pedra reverencia os ensinamentos do livro Lunário Perpétuo.** Carnaval 2024 no RJ. G1. 28/12/2024. Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2024/noticia/2023/12/28/enredo-e-samba-porto-da-pedra-reverencia-os-ensinamentos-do-livro-lunario-perpetuo.ghtml. Acesso: 11 set. 2024.

RODRIGUES, Kássia. **Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo/RJ, 2011. Disponível em http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Kassia-Rodrigues.pdf. Acesso: 11 set. 2024.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica desse Império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SILVA, Eduardo. **O barão de Pati do Alferes e a fazenda de café da velha província**. IN WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839. Disponível em https://pdfcoffee.com/taunay-1839-manual-do-agricultor-brasileiropdf-pdf-free.html. Acesso: 11 set. 2024.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

Recebido em 18/09/2024.
Aprovado para publicação em 16/12/2024.